



Ficha 92 - A presença dos leigos na promoção humana e no serviço à cultura - DSI (37ª)

Na ficha anterior, vimos que o [CDSI](#) reflete sobre a vocação e missão do fiel leigo, bem como sobre a espiritualidade que deve envolver sua ação no mundo secularizado, com o objetivo de transformar as estruturas que geram a desagregação da família humana, buscando sempre a prática do amor e do perdão, da misericórdia e da caridade, da solidariedade e da paz. A partir dessa ficha, a reflexão recai sobre os campos específicos da atividade missionária dos leigos, que o CDSI denominou de compromissos, nos diversos âmbitos da vida social, começando pelo serviço "à pessoa humana" e à "cultura". O texto fundante dessa reflexão é a segunda parte da Constituição Pastoral [Gaudium et spes](#) (GS) e os textos relativos ao tema dos dois campos que serão abordados nesta Ficha. A próxima abordará a atuação do leigo na economia e na política.

O serviço nos diversos âmbitos da vida social

O Concílio Vaticano II já havia constatado que a pastoral tradicional não dava mais conta de responder os inúmeros apelos que emergiam da realidade. Em razão disso sugeriu a renovação da Igreja através de uma nova configuração dos organismos eclesiais e no seu modo de Evangelizar. A Constituição Dogmática [Lumen Gentium](#) destacou que nesse processo, a ação dos leigos era fundamental. De lá pra cá, muita coisa mudou. Novas pastorais surgiram e os leigos passaram a ocupar mais espaços na Igreja. Simultaneamente, aumentou o número de movimentos e associações católicas fundadas por cristãos leigos, que buscavam atender campos específicos de atividades modernas, revelando-se, portanto, como um novo modo de ser Igreja no mundo. A atuação dos leigos nas diversas pastorais ou nos movimentos e associações sempre foi caracterizada pelo serviço voluntário, sinal e expressão da caridade, que se manifesta em todos os setores da sociedade conforme seus perfis específicos. Utilizando conhecimentos nas suas áreas próprias de atuação, os fiéis leigos são chamados a exprimir sua fé e a aplicar as verdades da DSI, realizando-a plena e concretamente para a solução dos problemas sociais, através de seus testemunhos e suas obras.

1. O serviço à pessoa humana

Para a DSI, a dignidade da pessoa humana é o bem mais precioso a ser preservado. Portanto, o serviço dos fiéis leigos nesse âmbito é assumido como tarefa essencial que se presta à família humana. Todavia, o seu cumprimento exige primeiro a própria renovação interior, o processo constante de conversão pessoal.

Um dado concreto é que, na pós-modernidade, as instituições, por si sós, não garantem o bem de todos. Aliás, nos últimos tempos, muitas delas, que deveriam promover a dignidade da pessoa humana, estão em crise, pois muitos de seus membros, os quais até se apresentam como cristãos, desinteressam-se do bem comum e visam apenas seu próprio interesse, descaracterizando a função da própria instituição, que acaba servindo a interesses de grupos específicos, caindo em descrédito. Também esses espaços precisam ser evangelizados e convertidos ao Evangelho.

Justifica-se assim o empenho da Igreja na busca da renovação interior, na renovação do espírito cristão, cujo princípio básico é a promoção da dignidade da pessoa, da vida em plenitude, através da aplicação da caridade social e da verdadeira justiça. Essa conversão implica na obrigação cristã de sanar as instituições, as estruturas e as condições de vida contrárias à dignidade humana, através da conversão do coração daqueles que estão na direção das instituições sociais.

Promover a dignidade da pessoa humana, portanto, é, antes de tudo, afirmar o direito inviolável à vida, desde a concepção até a morte natural, o que é condição para o exercício dos demais direitos. Entre eles, destaca-se a liberdade em todos os âmbitos da vida humana, principalmente

a liberdade de consciência e a liberdade religiosa. Nesse sentido, o empenho da CNBB e do Conselho de Leigos em conscientizá-los de seu compromisso social e político através de estudos e subsídios é louvável, mas ainda pouco valorizado e divulgado, o que já indica a dificuldade em colocar em prática essas orientações da Igreja.

Para a DSI, nesse contexto se insere a defesa da família e do matrimônio, que vêm sendo atacados sistematicamente nos últimos tempos, causando a desagregação familiar e o sofrimento para muitas pessoas. Torna-se indispensável e urgente o empenho de todos em salvar e promover os valores e as exigências da vida em família ([Familiaris Consortio](#), 86).

2. O serviço à cultura

O segundo âmbito abordado pelo CDSI é o da cultura, o qual se constitui em campo privilegiado para atuação dos fieis cristãos. A GS foi o primeiro documento da Igreja a abordar esse tema, e o fez no capítulo II da segunda parte: "A conveniente promoção do progresso cultural", quando discorreu sobre os desafios para a Igreja pós Concílio, considerando como um dos erros mais graves dos últimos tempos a separação entre fé e vida cotidiana, que traz como consequência o afastamento do homem da transcendência (GS 53-62). De fato, a sobrevalorização dos bens materiais leva ao estilo consumista, ao egoísmo e ao egocentrismo; a valorização da imagem leva ao narcisismo; o primado da tecnologia e da pesquisa científica, a uma falsa autossuficiência; as modernas técnicas de comunicação, ao isolamento e ao individualismo. Em todos esses comportamentos, verifica-se uma nova compreensão cultural que nega a pessoa, o respeito, o diálogo e o grupo social. Embora tais fenômenos façam parte do "caldo cultural" moderno, a verdade é que eles afetam negativamente o crescimento integral da pessoa e seu relacionamento com o semelhante. A tendência atual é a de isolamento, de fechamento, perdendo-se a riqueza das relações pessoais.

Ao refletir sobre a Evangelização da cultura, o Beato Paulo VI destacou que "o Evangelho e, conseqüentemente, a evangelização, não se identificam, com a cultura, e são independentes em relação a todas as culturas. E, no entanto, o reino que o Evangelho anuncia é vivido por homens profundamente ligados a uma determinada cultura, e a edificação do reino não pode deixar de servir-se de elementos da civilização e das culturas humanas. O Evangelho e a evangelização, independentes em relação às culturas, não são necessariamente incompatíveis com elas, mas suscetíveis de impregná-las sem se escravizar a nenhuma delas. A ruptura entre o Evangelho e a cultura é, sem dúvida, o drama da nossa época, como o foi também de outras. Assim, importa envidar todos os esforços no sentido de uma generosa evangelização da cultura ou, mais exatamente, das culturas. Essas devem ser regeneradas mediante o impacto da Boa Nova. Mas tal encontro não acontecerá se a Boa Nova não for proclamada ([Evangelii Nuntiandi](#), 20). Por sua vez, São João Paulo II "Evangelizar a cultura é um esforço por compreender as mentalidades e as atitudes do mundo atual e iluminá-las a partir do Evangelho, respeitando suas características e a integridade da fé, para se chegar a todos os níveis da vida humana e torná-la mais digna" (João Paulo II, [Discurso Inaugural da IV CELAM - Santo Domingo](#), 12 de outubro de 1992, nº 21).

Cultivar uma cultura social e política inspirada no Evangelho é, portanto, o grande desafio dos leigos, resgatando práticas relacionais que valorizem a pessoa humana. Mais do que simplesmente buscar a transformação das estruturas injustas, impõe-se ao católico levar ao mundo seu patrimônio de valores éticos e morais, na busca do objetivo da conversão das pessoas com as quais se relaciona, apresentando também o patrimônio da Tradição Católica e seus valores espiritual, intelectual e moral. Essa tarefa decorre da fé e da adesão a Jesus Cristo, sempre inspirada no Evangelho.

Toda atividade humana tende, em última análise, para as pessoas. De forma que a perfeição integral da pessoa e o bem da sociedade são os fins essenciais; logo, o bem de toda sociedade é a finalidade da cultura. Portanto, sua dimensão ética é uma prioridade da ação social e política dos fieis leigos e, nessa perspectiva, ela assume algumas direções precisas: a primeira é garantir o direito a uma cultura humana e civil condizente com a dignidade da pessoa humana, sem distinção ou preconceitos, com direito à educação, com liberdade de acesso aos meios de comunicação social, liberdade de pesquisa, de expressão e de pensamento. Ressalte-se que a privação cultural e a falta de reconhecimento de direitos culturais estão na raiz da pobreza de muitos povos; a segunda se refere ao conteúdo da cultura, ou seja, à verdade, que é essencial para a cultura, porque, como afirma a GS, permanece em "cada homem o dever de salvaguardar

a estrutura de toda a pessoa humana, em que se destacam os valores da inteligência, da vontade, da consciência e da fraternidade” (GS 61). O cristianismo se opõe a todas as visões reducionistas e ideológicas do homem e da vida. Para o CDSI, o cristão deve se empenhar em valorizar a dimensão religiosa da cultura, pois sua ausência desta corrói a cultura e a vida moral.

Outro desafio para os fiéis leigos se refere à comunicação de massa, que interfere diretamente no senso ético das pessoas. Aqui se faz necessário o conhecimento e aplicação das normas de ordem moral, oferecidas pela Igreja, através dos Documentos papais (cartas, encíclicas e exortações, mensagens etc.), e dos documentos do Conselho Pontifício para as Comunicações Sociais. Especialmente, as mensagens anuais do Papa no dia mundial das Comunicações Sociais e a organização da Pastoral das Comunicações nas diversas dioceses têm oferecido valiosas contribuições nesse sentido. Por outro lado, os receptores da comunicação social também precisam ter consciência das responsabilidades que compete a eles, principalmente os pais e a família, que devem ser preservados dos meios de comunicações que se opõem ao Evangelho por serem coniventes com a injustiça e a corrupção.

O [Pontifício Conselho das Comunicações Sociais](#), no documento [“Ética nas Comunicações Sociais”](#), alerta que : “O serviço à pessoa mediante a edificação de uma comunidade humana baseada na solidariedade, na justiça e no amor e a difusão da verdade sobre a vida humana e sobre a sua realização final em Deus são as exigências éticas fundamentais dos meios de comunicação social”.

Para Refletir:

- 1) Quais os maiores desafios que os fiéis leigos encontram para testemunhar o Evangelho na sociedade hoje?
- 2) Como fazer para que as pessoas entendam que a organização da sociedade só existe em função delas? E que, portanto, todas as ações da sociedade devem ser dirigidas em benefício de todas as pessoas?

Orientações para a Interação:

- a) Você poderá discutir este texto, presencialmente, com seus amigos na comunidade.
- b) Você poderá enviar sua opinião usando a caixa de comentários do [texto publicado](#).
- c) Por fim, você poderá interagir na sala de aula virtual “Ambiente Virtual de Formação” da Arquidiocese. Acesse <http://www.avf.org.br/> e siga as orientações.

Este texto está publicado no site: Ambiente Virtual de Formação: <http://wp.me/p2Yr0V-3iI> onde você poderá fazer o download em PDF.

Aguarde a publicação da próxima ficha: 16/09/15 – Ficha 93 – A presença do leigos no serviço à economia e à política- DSI (38ª).

[Acesse](#) o cronograma das próximas Fichas de Estudos.

Colabore com Equipe do AVF na produção e edição das Fichas. Saiba como [acessando este link](#) ou escrevendo para avf@arquidiocesecampinas.com

Se desejar receber as próximas Fichas e/ou outras publicações da Arquidiocese de Campinas em seu email, preencha o [cadastro acessando esse link](#).

Ao fazer uso deste texto, favor citar a fonte.